



**Economia****MERCADOS**

## Em baixa perto de 1%, Bolsa tem 1ª semana negativa desde fevereiro

LUIÍS EDUARDO LEAL/AE

Após ter fechado o dia anterior aos 133 mil pontos pela primeira vez no ano, e no maior nível desde o começo de outubro, a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) passou na sexta-feira, por uma realização de lucros na última sessão da semana, e penúltima do mês, retrocedendo à casa dos 131 mil. Nesta sexta, oscilou dos 131.315,07 aos 133.143,44 pontos, na máxima correspondente ao nível de abertura. Ao fim, mostrava perda de 0,94%, aos 131.902,18 pontos, com giro a R\$ 18,3 bilhões.

Na semana, recuou 0,33%, no que foi o seu primeiro agregado negativo desde o intervalo entre 24 e 28 de fevereiro. Em março, avança 7,41%, ainda a caminho de seu melhor desempenho desde novembro de 2023, quando tinha subido 12,54%. No ano, o ganho está em 9,66%.

Na B3, a correção na última

sessão da semana foi bem distribuída pelas ações de primeira linha, como Vale (ON -1,01%, na mínima da sessão no encerramento) e Petrobras (ON -0,99%, PN -0,64%).

Entre os grandes bancos, destaque para Itaú (PN -1,37%) e Bradesco (ON -0,60%, PN -1,38%). Na ponta perdedora do índice, Vamos (-9,32%), Pão de Açúcar (-4,9%) e Usiminas (-3,87%). No lado oposto, Cogna (+3,92%), Minerva (+2,31%), Hypera (+1,43%) e Marfrig (+1,29%).

**DÓLAR**

Após máxima a R\$ 5,782 no fim da manhã desta sexta-feira, o dólar arrefeceu o ritmo de alta ao longo da tarde e, com mínima a R\$ 5,747, encerrou a sessão desta sexta-feira cotado a R\$ 5,7618, avanço de 0,15%. A moeda norte-americana fecha a semana com valorização de 0,77% em relação ao real, mas ainda acumula queda de 2,61% em março.

**CAGED**

# País cria quase 432 mil vagas com carteira em fevereiro

LUCIANO NASCIMENTO/ABRASIL

Brasil fechou o mês de fevereiro com saldo positivo de 431.995 empregos com carteira assinada. O balanço é do Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged) divulgado nesta sexta-feira pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Segundo a pasta, esse é o maior saldo mensal registrado na nova série histórica do Caged, que começou em 2020.

O resultado de fevereiro decorreu de 2.579.192 admissões e de 2.147.197 desligamentos. No acumulado do ano, o saldo foi positivo em 576.081 empregos. Já nos últimos 12 meses, foi registrado saldo de 1.782.761 empregos.

Em relação ao estoque, a quantidade total de vínculos celetistas ativos, o país registrou, em fevereiro, um saldo de 47.780.769 vínculos, o que apresenta uma variação de +0,91% em relação ao estoque do mês anterior.

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, disse que os números de fevereiro são resultantes da política de investimentos e reindustrialização do país adotada pelo governo federal.

"Nós estimulamos um monte de investimento e esse é o resultado", disse Marinho durante coletiva para apresentar os números na sede do ministério em Brasília.

"Nós estamos com um pro-

grama de reindustrialização, estamos motivando que a indústria se prepare para produzir os equipamentos de saúde, em vez de importar. Nós estamos com todo o debate sobre a transição climática, motivando investimento, queremos produzir SAF [sigla para o Combustível Sustentável de Aviação] no Brasil para substituir o combustível poluidor das aeronaves", continuou.

**NÚMEROS**

O maior crescimento do emprego formal no mês passado ocorreu no setor de serviços, com a criação de 254.812, postos, variação de 1,1% em relação a janeiro. Na indústria, foram 69.884 postos, variação de 0,78%. No comércio, foram criados 46.587 postos (0,44%); na construção, foram 40.871 postos (1,41%); e na agropecuária, foram 19.842 postos ou 1,08%.

O salário médio de admissão foi de R\$ 2.205,25. Comparado ao mês anterior, houve uma redução real de R\$ 79,41 no salário médio de admissão, uma variação em torno de -3,48%.

A maioria das vagas criadas no mês de fevereiro foram preenchidas por mulheres que ficaram com 229.163, enquanto os homens ocuparam 202.832 postos.

A faixa etária com maior saldo foi de 18 a 24 anos, com 170.593 postos. O ensino médio completo apresentou saldo de 277.786 postos. No saldo por faixa salarial, a faixa de até 1,5 salá-

rios mínimos registrou 312.790 postos. Em relação à raça/cor, a parda obteve o saldo de 269.129 postos, enquanto a branca obteve saldo de 189.245 postos.

**ESTADOS**

Com exceção de Alagoas, todos os estados tiveram resultado positivo na geração de emprego no mês passado. Em termos absolutos, São Paulo gerou o maior número de postos de trabalho, fechando fevereiro com 137.581; seguido de Minas Gerais, com 52.603 postos, e Paraná, com 39.176 postos.

Já os estados da Federação com menor saldo foram: Alagoas, que perdeu 5.471 postos; Acre, que criou 429 postos e a Paraíba, com 525 novos postos.

Em termos relativos, os estados com maior variação na criação de empregos em relação ao estoque do mês anterior foram Goiás, com 20.584 postos e variação positiva de 1,30%; Tocantins, com 3.257 postos e variação de 1,25%; e Mato Grosso do Sul, que gerou 8.333 postos, apresentando variação de 1,24%.

**ATIVIDADE AQUECIDA**

O ministro foi questionado sobre os números positivos e que demonstram uma economia aquecida, indo na contramão da política de contração da atividade econômica defendida pelo Banco Central. Marinho observou, contudo, que os dados de fevereiro vieram sazonalizados e que, para o mês de março, é es-

perada uma queda no número de empregos gerados.

Marinho disse esperar a manutenção da política de geração de empregos.

"Eu espero que a economia continue aquecida, afinal de contas a gente ainda tem muita gente no subemprego, desempregada", afirmou.

O ministro voltou a criticar a alta na taxa de juros da economia, a Selic, elevada a 14,25% pelo Comitê de Política Monetária (Copom) no início do mês.

"O que me parece que está acontecendo é que a transição do Banco Central tinha contratos realizados e eles estão sendo cumpridos. Não se recomenda cavalo de pau na economia e, portanto, os processos estão sendo respeitados", afirmou.

Marinho se referia às afirmações do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, sobre a decisão do BC de manter a alta da Selic após a saída de Roberto Campos Neto da presidência da autarquia e a entrada de Gabriel Galpólo. Os dois afirmaram que o BC não pode dar um cavalo de pau no mar revolto.

"Acho que o que se necessita no Brasil é um grande pacto de mais produção para conter a inflação, e não o contrário. Me parece também que, com o aumento de juros, as pessoas não vão deixar de comer carne, ovo, arroz e feijão. O debate é outro, precisamos produzir mais", disse Marinho.

**HADDAD**

## Governo continuará no sentido de reconstrução do superávit primário

FABIO RODRIGUES POZZEBOM/ABRASIL



EDUARDO LAGUNA E FRANCISCO CARLOS DE ASSIS/AE

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, assegurou nesta sexta-feira, que o governo vai trabalhar na reconstrução do superávit primário, ou seja, buscar arrecadar mais do que gasta. Ao lembrar que o orçamento deste ano prevê um pequeno superávit de 0,1% do PIB, o ministro sustentou que o reequilíbrio das contas públicas é necessário para uma melhor trajetória da dívida pública, que hoje preocupa o mercado.

"Vamos continuar trabalhando na reconstrução do superávit primário, que a gente entende que tem que ser reconstruído justamente para voltar às boas em relação à trajetória da dívida", disse Haddad, em encerramento da conferência promovida pela Arko Advice e Galapagos Capital.

"E é meio que um passe de mágica quando isso acontece. A hora que todo mundo perceber que a coisa está indo no caminho certo, você precipita o negócio. Você tem um efeito de precipitação, af as agências de risco, que já estavam animadas com o Brasil, vão ficar mais animadas", acrescentou o ministro.

Ele salientou que os economistas, considerando suas previsões iniciais, antes da tra-

gédia no Rio Grande do Sul, erraram em R\$ 80 bilhões o déficit primário do ano passado. Mais uma vez, ele disse que o governo tinha espaço para investir R\$ 16 bilhões a mais em 2024, mas não o fez pela decisão de chegar mais perto de zerar o déficit, o centro da meta.

Conforme Haddad, o caminho correto para estabilizar a dívida, que pode parecer não ser o mais curto, é o de moderar o mais e persistência no cumprimento das metas. Segundo o ministro, não é fácil convencer as pessoas de que é preciso ter austeridade nas contas públicas, mas lembrou dos resultados positivos colhidos nos dois primeiros mandatos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, citando a queda, na época, da dívida líquida, o pagamento da dívida externa e o acúmulo das reservas cambiais.

"Eu sempre gosto de passar uma mensagem realista, por isso que a primeira parte da resposta é temos problemas, temos aí uma conta para pagar. Mas, ao mesmo tempo, defender o óbvio: a economia brasileira, quando ela é bem tratada, ela devolve em dobro o que você deu pra ela, porque tem muita oportunidade no Brasil. É um país cheio de oportunidades. Então, tratar com carinho a economia brasileira vale muito a pena", concluiu Haddad.

**CONTA DE LUZ**

## Aneel mantém bandeira tarifária verde de energia para abril

WELLTON MÁXIMO/A BRASIL

O consumidor não pagará cobrança extra sobre a conta de luz em abril. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) manteve a bandeira verde para o próximo mês para todos os consumidores conectados ao Sistema Interligado Nacional (SIN).

A conta de luz está sem essas taxas desde dezembro. Segundo a Aneel, na ocasião, a bandeira verde foi escolhida devido às condições favoráveis de geração de energia, com os reservatórios das usinas hidrelétricas em ní-

veis satisfatórios.

"Desde dezembro de 2024, a bandeira tarifária permanece verde, refletindo as condições favoráveis de geração de energia no país. Mesmo com a transição do período chuvoso para o seco, a geração de usinas hidroelétricas, mais barata que a geração térmica, continua em níveis estáveis.

**BANDEIRAS TARIFÁRIAS**

Criadas em 2015 pela Aneel, as bandeiras tarifárias refletem os custos variáveis da geração de energia elétrica. Divididas em níveis, as bandeiras indicam

quanto está custando para o SIN gerar a energia usada nas casas, em estabelecimentos comerciais e nas indústrias.

Quando a conta de luz é calculada pela bandeira verde, não há nenhum acréscimo. Quando são aplicadas as bandeiras vermelha ou amarela, a conta sofre acréscimos de R\$ 1,885 (bandeira amarela), R\$ 4,463 (bandeira vermelha patamar 1) e R\$ 7,877 (bandeira vermelha patamar 2) a cada 100 quilowatts-hora (kWh) consumidos. De setembro de 2021 a 15 de abril de 2022, vigorou uma bandeira de escassez hídrica de

R\$ 14,20 extras a cada 100 kWh.

O Sistema Interligado Nacional é dividido em quatro subistemas: Sudeste/Centro-Oeste, Sul, Nordeste e Norte. Praticamente todo o país é coberto pelo SIN. A exceção são algumas partes de estados da Região Norte e de Mato Grosso, além de todo o estado de Roraima. Atualmente, há 212 localidades isoladas do SIN, nas quais o consumo é baixo e representa menos de 1% da carga total do país. A demanda por energia nessas regiões é suprida, principalmente, por térmicas a óleo diesel.

**PREVIDÊNCIA**

## Previ recorre de decisão do STF que validou PIS/Cofins em rendimento

LAVÍNIA KAUCZ/AE

A Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (Previ) recorreu nesta sexta-feira, da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que validou a cobrança de PIS/Cofins sobre as reservas técnicas das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC). A entidade argumentou, por meio de embargos de declaração, que a Corte errou ao determinar o recolhimento de PIS/Cofins sobre valores destina-

dos aos pagamentos de beneficiários do fundo.

Em dezembro do ano passado, o Supremo definiu que esses valores se enquadram nas atividades empresariais típicas das entidades e, por isso, cabe a incidência dos tributos federais. A decisão teve repercussão geral e se aplica não só à Previ como a todas as ações na Justiça que discutem o tema.

No recurso, a Previ salientou que é uma entidade sem fins lucrativos e sem patrimônio próprio

e, por isso, suas atividades não devem sofrer incidência do PIS/Cofins - cuja incidência se dá sobre o faturamento das empresas.

Segundo a entidade, o Supremo se omitiu ao não se manifestar sobre a tributação dos valores usados para pagar os seguros do fundo.

Em sustentação oral realizada no julgamento, a própria Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) afirmou que o PIS/Cofins incide sobre "parcela diminuta" dos fundos porque a

lei já proíbe a tributação dos rendimentos que forem destinados ao pagamento de benefícios. "Apenas sobre as receitas financeiras destinadas à gestão administrativa dos fundos de pensão é que incidirá a tributação", disse a procuradora Patrícia Grassi.

Para a Previ, a decisão do Supremo "ignorou" que as receitas financeiras destinadas à composição das reservas do plano previdenciário já são excluídas da base de cálculo do PIS/Cofins "O acórdão recorrido ignorou tal situação e, além de não contemplar o pedido da Previ quanto ao afastamento do PIS/Cofins sobre o programa administrativo, foi além e condenou a entidade a recolher tais tributos sobre parcela já expressamente dedutível por lei", argumentou.

Diário do **Acionista**

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908  
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002  
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo

Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar  
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000  
Tel.: (11) 2655-1899

**Administração - Redação**

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

redacaodiariodoacionista@gmail.com

**PUBLICIDADE:** publicidade@diariodoacionista.com.br

**REDAÇÃO:** diariodoacionista@gmail.com

**SERVIÇOS NOTICIOSOS:** Agência Estado e Agência Brasil

**ANJ** ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALISTAS



ACESSE NOSSO SITE



<b>Lecca</b>		<b>LECCA CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A</b>	
CNPJ/MF nº 07.652.226/0001-16			
<b>18. Gerenciamento de Risco.</b> A gestão de riscos das operações é realizada por meio de políticas internas e equipes multidisciplinares, independentes das áreas de negócio da CFI, que monitoram os diversos riscos inerentes às operações e/ou processos, incluindo os riscos de mercado, liquidez, crédito e operacional. Essas estruturas de gerenciamento estão discriminadas nos relatórios anuais e no site da Lecca CFI. A estratégia de gestão de risco e os respectivos efeitos nas demonstrações contábeis atendem plenamente ao disposto pela Resolução nº 4.557/20 do CMN e estão resumidos da seguinte forma: <b>a. Limites operacionais</b>			
<b>Descrição</b>	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>	
Patrimônio líquido	18.742	19.233	
Nível 1	18.742	19.233	
Capital Principal	18.742	19.233	
<b>Patrimônio de Referência (PR) - (a)</b>	<b>18.742</b>	<b>19.233</b>	
Patrimônio de Referência Exigido (PRE)	10.178	8.922	
Exposição total ponderada pelo risco (RWA) - (b)	127.226	110.208	
Risco de Crédito	94.565	60.340	
Risco Operacional	32.661	49.868	
<b>Índice de Basileia - (a/b)</b>	<b>14,73%</b>	<b>17,45%</b>	
<b>Índice de Imobilização</b>			
Limite para imobilização (LI)	9.370	9.617	
Situação para o limite de imobilização	589	314	
Valor da margem	8.782	9.303	
A Resolução nº 4.955/21 dispõe sobre a metodologia para apuração do Patrimônio de Referência, e a Resolução CMN nº 4.958/21 dispõe sobre os requerimentos mínimos de Relatórios dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Financeiras			
<b>Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Financeiras</b>			
Ilmos. Srs. Diretores e Acionistas da <b>LECCA CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.</b> , Opinião. Examinamos as demonstrações financeiras da LECCA Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ("LECCA CFI"), as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da LECCA Crédito, Financiamento e Investimento S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. <b>Base para opinião.</b> Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à LECCA CFI, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. <b>Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.</b> <b>Outros assuntos.</b> <b>Auditoria do período anterior.</b> As Demonstrações financeiras correspondentes ao exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2023, apresentadas para fins de comparação por força das normas emanadas do Banco Central do Brasil, foram anteriormente por nós auditadas de acordo com as normas de auditoria vigentes por ocasião da emissão do relatório em 26 de março de 2024, que não conteve nenhuma modificação. <b>Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor.</b> A administração da LECCA CFI é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. <b>Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras.</b> A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a LECCA CFI continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da LECCA CFI são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. <b>Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras.</b> Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: a) Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro; planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos; e obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. b) Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da LECCA CFI. c) Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. d) Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a companhia a não mais se manter em continuidade operacional. e) Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.			
Rio de Janeiro, 24 de março de 2025. <b>AUDIPEC - AUDITORIA E PERÍCIA CONTÁBIL S/S. - CRC RJ-Nº 0202</b> <b>Thiago Barros Giráldez - Contador CRC-RJ Nº 110.524/O-8</b>			

## Economia

R\$ 7,25 TRILHÕES

# Dívida Pública sobe 3,3% em fevereiro

WELTON MÁXIMO/BRASIL

As emissões mensais recorde e o baixo volume de vencimentos de títulos fizeram a Dívida Pública Federal (DPF) subir em fevereiro. Segundo números divulgados nesta sexta-feira pelo Tesouro Nacional, a DPF passou de R\$ 7,253 trilhões em janeiro para R\$ 7,492 trilhões no mês passado, alta de 3,3%.

Em junho do ano passado, o indicador superou pela primeira vez a barreira de R\$ 7 trilhões. Mesmo com a alta em fevereiro, a DPF continua abaixo do previsto. De acordo com o Plano Anual de Financiamento (PAF), apresentado no início de fevereiro, o estoque da DPF deve encerrar 2025 entre R\$ 8,1 trilhões e R\$ 8,5 trilhões.

A Dívida Pública Mobiliária (em títulos) interna (DPMFI) subiu 0,23%, passando de R\$ 6,951 trilhões em janeiro para R\$ 7,178 trilhões em fevereiro. No mês passado, o Tesouro emitiu R\$ 189,92 bilhões em títulos a mais do que resgatou, principalmente em papéis prefixados (com juros definidos antecipadamente) e atrelados à taxa Selic (juros básicos da economia). A alta foi reforçada pela apropriação de R\$ 70,85 bilhões em juros.

Por meio da apropriação de juros, o governo reconhece, mês a mês, a correção dos juros que incide sobre os títulos e incorpora o valor ao estoque da dívida pública. Com a taxa Selic (juros básicos da economia) em 14,25% ao ano, a apropriação de juros pressiona o endividamento do governo.

No mês passado, o Tesouro emitiu R\$ 145,39 bilhões em títulos da DPMFI, o maior volume mensal desde o início da série histórica, em novembro de 2006. Com o baixo volume de vencimentos em fevereiro, os resgates somaram R\$ 33,976 bilhões, o volume mais baixo desde dezembro do ano passado.

A Dívida Pública Federal externa (DPFe) subiu 4,15%, passando de R\$ 301,81 bilhões em janeiro para R\$ 314,34 bilhões em fevereiro. Os principais fatores foram a alta de 1,35% do dólar e a emissão de US\$ 2,5 bilhões em títulos no exterior, que aumentaram o endividamento do governo.

### COLCHÃO

Após forte queda em janeiro, o colchão da dívida pública (reserva financeira usada em momentos de turbulência ou de for-

te concentração de vencimentos) voltou a subir. Essa reserva passou de R\$ 744 bilhões em janeiro para R\$ 889 bilhões no mês passado. O principal motivo, segundo o Tesouro Nacional, foi a forte emissão líquida (emissões menos resgates) no mês passado. Atualmente, o colchão cobre 6,66 meses de vencimentos da dívida pública. Nos próximos 12 meses, está previsto o vencimento de R\$ 1,267 trilhão em títulos federais.

### COMPOSIÇÃO

Apesar da forte emissão de títulos corrigidos pelos juros básicos e prefixados (com rendimento definido no momento da emissão), a composição da DPF mudou pouco. A proporção dos papéis atrelados à Selic caiu de 47,98% em janeiro para 47,77% em fevereiro. O PAF prevê que o indicador feche 2025 entre 48% e 52%. Esse papel está atraindo o interesse dos compradores por causa das recentes altas da taxa Selic.

A fatia dos papéis prefixados subiu de 20,15% em janeiro para 20,54% em fevereiro. O PAF prevê que o indicador feche 2025 entre 19% e 23%. Normalmente, os papéis prefixados indicam mais previsibilidade para a dívida pública, porque as taxas são definidas com antecedência. No entanto, em momentos de instabilidade no mercado financeiro, as emissões caem porque os investidores pedem juros muito altos, que comprometeriam a administração da dívida do governo. A fatia de títulos corrigidos pela inflação na DPF caiu levemente, passando de 27,72% para 27,51%. O PAF prevê que os títulos vinculados à inflação encerrarão o ano entre 24% e 28%.

Composto por antigos títulos da dívida interna corrigidos em dólar e pela dívida externa, o peso do câmbio na dívida pública passou de 4,15% para 4,18%. A dívida pública vinculada ao câmbio está dentro dos limites estabelecidos pelo PAF para o fim de 2025, entre 3% e 7%.

### PRAZO

O prazo médio da DPF caiu de 4,11 para 4,08 anos. O Tesouro só fornece a estimativa em anos, não em meses. Esse é o intervalo médio que o governo leva para renovar (refinanciar) a dívida pública.

Prazos maiores indicam mais confiança dos investidores na capacidade do governo de honrar os compromissos.

2024

# Prévia da carga tributária sobe para 32,32% do PIB

WELTON MÁXIMO/BRASIL

A prévia da carga tributária (peso dos impostos e demais tributos sobre a economia) subiu para 32,32% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2024, divulgou nesta sexta-feira o Tesouro Nacional. Em 2023, o mesmo indicador tinha atingido 30,26%, diferença de 2,06 pontos percentuais.

Segundo o Tesouro, vários fatores pesaram para o aumento da carga tributária. O principal foi o crescimento da economia, que aumentou a arrecadação dos tributos sobre bens e serviços em 0,81 ponto percentual do PIB em nível federal no ano passado. Somente a arrecadação da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), tributo diretamente ligado às vendas, subiu 0,42 ponto.

No caso da alta do dólar, os preços mais caros das mercadorias importadas ajudaram a reforçar a arrecadação do Programa de Integração Social (PIS), da Cofins e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). O fim da isenção de PIS/Cofins

sobre o diesel e o gás de cozinha, que voltaram às alíquotas normais em janeiro de 2024, também influenciaram a comparação.

Outro fator que ajudou a elevar a carga tributária foi o aumento de 0,5 ponto percentual do PIB na arrecadação de tributos relacionados à renda, ao lucro e a ganhos de capital. A principal medida foi a tributação dos fundos exclusivos e das offshores, empresas de investimento no exterior, que entrou em vigor no fim de 2023..

Em 2024, a arrecadação de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) subiu 0,38 ponto percentual do PIB. As receitas com a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) avançaram 0,06 ponto percentual.

Em âmbito estadual, a receita do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), tributo que mais arrecada no país, aumentou 0,46 ponto percentual do PIB em 2024. Segundo o Tesouro Nacional, isso se deve ao fim da desoneração sobre combustíveis e à recuperação da economia, que impulsionou as vendas.

Na esfera municipal, a receita do Imposto sobre Serviços (ISS) subiu 0,09 ponto percentual do PIB, impulsionada pelo crescimento de 3,1% no volume de serviços em 2024.

### ESFERAS DE GOVERNO

A carga tributária do governo federal subiu 1,5 ponto percentual em 2024, de 19,93% para 21,43% do PIB. O peso dos impostos estaduais avançou 0,45 ponto, de 7,58% para 8,03% do PIB. Nos governos municipais, a arrecadação de impostos subiu 0,11 ponto percentual, de 2,28% para 2,39% do PIB, puxada por aumentos no Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA).

### CLASSIFICAÇÃO

Ao somar os três níveis de governo (federal, estadual e municipal), os Impostos sobre bens e serviços subiram 1,37 ponto percentual do PIB em relação a 2023, passando de 12,54% para 13,91%. Em seguida estão os Impostos sobre renda, lucros e ganhos de capital, com 9,09% do PIB, alta de 0,5 ponto em relação ao ano anterior.

A arrecadação dos impostos sobre a propriedade subiu 0,01 ponto, de 1,7% para 1,71% do PIB. A receita dos impostos sobre a folha de pagamento e a mão de obra caiu 0,01 ponto, de 0,31% para 0,3% do PIB. Por causa da alta do dólar, os impostos sobre o comércio externo e as transações internacionais avançaram 0,13 ponto, de 0,53% para 0,66% do PIB.

O peso das contribuições sociais sobre o PIB subiu de 6,59% para 6,65% do PIB. A alta de 0,06 ponto percentual foi motivada principalmente pela arrecadação da contribuição para a Previdência Social, que subiu de 5,23% para 5,29% do PIB, puxada pela recuperação do mercado de trabalho.

Todo mês de março, o Tesouro divulga uma estimativa própria da carga tributária do ano anterior. Segundo o Ministério da Fazenda, a elaboração de uma prévia da carga tributária é necessária porque os dados são incluídos na prestação de contas da Presidência da República. O número oficial, divulgado pela Receita Federal, só sai ao longo do segundo semestre.

BACIA DE CAMPOS

# Petrobras terá que pagar R\$ 36 milhões por danos ambientais

DOUGLAS CORRÊA/BRASIL

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) manteve a condenação da Petrobras ao pagamento de cerca de R\$ 36,2 milhões por danos ambientais causados por poluição marinha na Baía de Campos, litoral norte do Rio de Janeiro.

A ação civil pública movida pelo Ministério Público Federal (MPF) teve como base três episódios de poluição marinha ocorridos ao longo de operações da Petrobras, entre 2012 e 2019, que causaram danos ao ecossistema local:

- Derramamento de 7,05 m³ de mistura oleosa

- Vazamento de 15,36 m³ de petróleo
- Descarte irregular de efluentes sanitários e águas cinzas sem tratamento em alto mar.

A Baía de Campos, responsável por mais de 80% da produção de petróleo do Brasil, abriga um ecossistema marinho de alta biodiversidade, incluindo espécies ameaçadas de extinção como a baleia jubarte e a tartaruga-de-pente. Os incidentes provocaram danos significativos a esses habitats, impactando a cadeia alimentar marinha e a pesca artesanal, essencial para a economia local.

Para o procurador da República Fábio Sanches, esses inciden-

tes foram considerados como evidências de danos ambientais irreparáveis. Segundo ele, o valor da condenação será utilizado para financiar ações de reparação e proteção ambiental.

"A exploração de petróleo na região gera um passivo ambiental significativo, com riscos constantes de vazamentos e derramamentos", avaliou.

### AÇÃO

A ação pela reparação dos danos causados pela Petrobras teve início com a proposição de uma ação civil pública, em 2022, inicialmente rejeitada pela 1ª Vara Federal de Macaé, que considerou os argumentos do

Ministério Público improcedentes. Em segunda instância, o Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2), determinou, em julho de 2023, a condenação da Petrobras.

Na ação, o MPF acusou a Petrobras de derramamento de substâncias no mar, descumprimento de licença ambiental e descarte irregular de esgoto, fundamentando a ação em leis ambientais e princípios jurídicos como o da responsabilidade objetiva e do poluidor-pagador.

A decisão do TRF-2 foi confirmada pelo STJ, na última terça-feira que manteve o acórdão sem alterações, encerrando a disputa judicial.





## GESTÃO TARCISIO

# Grupo Comporte vence leilão de linhas da CPTM

ISABELA MOYA/AE

As Linhas 11-Coral, 12-Safira e 13-Jade, além do serviço Expresso Aeroporto (até o terminal internacional de Guarulhos), da CPTM serão administradas pela empresa Comporte Participações, que arrematou um leilão de Parceria Pública Privada (PPP) do projeto Lote Alto Tietê. As linhas de trens passam pela zona leste da capital, além de Guarulhos, Itaquaquecetuba, Poá, Ferraz de Vasconcelos, Suzano e Mogi das Cruzes. O leilão foi realizado nesta sexta-feira, na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) B3, no centro de São Paulo.

A Comporte faz parte do consórcio responsável pelo futuro Trem Intercidades (até Campinas) e superou o único concorrente na disputa: o Grupo CCR, o mesmo da ViaMobilidade (que responde hoje pelas linhas 5-Lilás, 8-Diamante, 9-Esmalada e futura 17-Ouro).

O vencedor do leilão é aquele com a melhor proposta econômica, isto é, com maior desconto porcentual em relação ao valor de três contraprestações do estado de São Paulo à empresa. A Comporte ofereceu o maior desconto, de 2,57%. A outra con-

corrente, a CCR, ofereceu deságio menor, de 1,45%.

Com a PPP, a empresa assume a operação, manutenção e modernização das linhas por um período de 31 anos. O contrato prevê que deverá ser feito um investimento de R\$ 14,3 bilhões nas linhas administradas, além de reformas e a construção de novas estações no Bom Retiro, na região central da capital paulista, e em municípios da Grande São Paulo, como Mogi das Cruzes e Guarulhos.

A estimativa do estado é que a expansão possa dobrar o número de passageiros até 2040, chegando a cerca 1,3 milhão ao dia.

O leilão motivou uma ameaça de paralisação dos ferroviários das três linhas na quarta-feira, mas a categoria desistiu do movimento após audiência na Justiça do Trabalho.

## O CONTRATO

Ao todo, estão previstas oito novas estações com implantação pela concessionária. Uma delas ficará no centro, no Bom Retiro (Linha 11), com acesso pelas Ruas Cônego Vicente Miguel Marino e Elias Chaves.

Já as demais são na zona leste, em Mogi das Cruzes e em Guarulhos. São elas: Lajeado (Linha 11), Cezar de Souza (Li-

nha 11), Cangaíba (Linhas 12 e 13), Jardim dos Eucaliptos (Linha 13), São João (Linha 13), Presidente Dutra (Linha 13) e Bonsucesso (Linha 13).

Há, ainda, a previsão de duas novas estações a serem implantadas pelo poder público, previstas no contrato da expansão da Linha 2-Verde. São elas: Penha e Gabriela Mistral. No caso do Expresso Aeroporto, o intervalo entre viagens deverá ser reduzido de uma hora para 30 minutos.

Além disso, o edital da PPP determina a reforma parcial de 24 estações, como Palmeiras-Barra Funda, Luz, Brás, Tatuaapé, Corinthians-Itaquera e outras. Já as obras de reconstrução (com a demolição da atual estrutura) envolvem quatro estações: Mogi das Cruzes, Estudantes, Jundiapéba e Itaquaquecetuba.

As obras não poderão interromper a operação das linhas, de acordo com o edital. A Linha 11-Coral tem hoje 50,6 km de extensão, com ampliação prevista de 4 km. Já a Linha 12-Safira tem 38,8 km de extensão, com aumento estimado de 2,7 km. Por fim, a Linha 13-Jade tem 8,8 km de extensão, com acréscimo previsto de 15,6 km, de acordo com o Estado.

## PRÓXIMAS ETAPAS

Após o leilão, a Comporte terá uma fase de transição operacional de 24 meses, com treinamentos e operação assistida para garantir uma transição segura entre a CPTM e o novo operador, segundo o Governo do Estado de São Paulo. Esse período inclui a capacitação de funcionários, ajustes técnicos e a implementação de melhorias iniciais. A operação plena da concessionária terá início a partir do 25º mês e seguirá até o fim da concessão.

A nova gestão terá obrigação de cumprir os investimentos programados e os indicadores de qualidade estabelecidos no contrato, que prevê mecanismos de fiscalização e penalizações para garantir que os serviços sejam prestados com eficiência, segurança e qualidade, afirma o governo do Estado. Caso a concessionária descumpra os padrões exigidos, poderá sofrer sanções financeiras e até a rescisão do contrato.

"Há também estudos para resiliência climática e eventos climáticos extremos, reforçando a segurança operacional e a continuidade do serviço em condições adversas", diz o governo paulista.

## REDE MUNICIPAL

## Caraguatatuba aprova publicidade em uniformes e kits escolares dos alunos

JOSÉ MARIA TOMAZELA

Um programa da prefeitura de Caraguatatuba, no litoral norte de São Paulo, prevê a inserção de publicidade em uniformes e kits escolares dos alunos da rede municipal de ensino. De iniciativa da prefeitura, o projeto instituindo o programa foi aprovado por unanimidade pela Câmara. O prefeito Mateus Silva (PSD) diz que a medida vai gerar economia para o município e beneficiar as famílias que não têm recursos para comprar o material escolar.

Embora o Ministério da Educação (MEC) não tenha diretriz contrária à medida, a prática é considerada abusiva pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) por possível influência na formação dos alunos.

A prefeitura de Caraguatatuba não se manifestou sobre o posicionamento do Conama. A reportagem também entrou em contato com o Ministério Público de São Paulo e aguarda retorno.

A lei foi sancionada pelo prefeito e publicada no último dia 13. As empresas interessadas fornecem os uniformes e podem inserir sua logomarca em espaços definidos pela prefeitura. A rede municipal de Caraguatatuba tem

16.970 alunos, distribuídos entre a pré-escola (3.324), anos iniciais do ensino fundamental (8.612) e anos finais do ensino fundamental (5.034).

Os estudantes estão indo às aulas sem o uniforme e sem o material escolar completo, normalmente fornecidos até o final de fevereiro. A prefeitura alega falta de recursos para a compra. Em 2024, foram gastos R\$ 6,8 milhões para a compra dos uniformes e cerca de R\$ 4,6 milhões na aquisição de materiais escolares.

O prefeito afirma que a parceria com a iniciativa privada representa uma alternativa para dar suporte às famílias sem condições financeiras para arcar com os custos do material. "Essa iniciativa permite que os alunos da rede municipal tenham acesso aos materiais escolares sem custo para as famílias, ao mesmo tempo em que fortalece a relação entre o poder público e o setor privado em prol da educação", diz, em nota.

Silva argumenta ainda que a medida estimula a economia local, pois os materiais e uniformes serão adquiridos com fornecedores do município. "Esse modelo de parceria também beneficia o comércio, pois garante que os investimentos retornem para a cidade e contribuam com a geração

de empregos."

A lei veda a propaganda de partidos políticos e de empresas que comercializam produtos ou serviços proibidos ou impróprios para menores, como armamentos e bebidas alcoólicas. A logomarca da empresa também não pode ser maior que o emblema da unidade de ensino.

A prefeitura prepara a abertura de um edital para a participação das empresas interessadas em ter sua propaganda nos uniformes. O prefeito orienta as interessadas a entrarem em contato com a Secretaria de Educação para ter mais informações sobre o processo.

## PROJETO

A Câmara Municipal de São Paulo aprovou em 2017 um projeto para liberar a propaganda em uniformes da rede escolar do município. As condições eram semelhantes às adotadas em Caraguatatuba, mas o texto foi vetado pelo então prefeito, João Dória, na época filiado ao PSDB.

Em 2021, o Tribunal de Justiça de São Paulo derrubou uma lei de iniciativa da Câmara de Mauá que previa a doação de uniforme escolar na rede municipal em troca da propaganda de empresas. A Prefeitura entrou com uma ação e

o TJ julgou a lei inconstitucional, entendendo que a iniciativa da Câmara invadiu competência do executivo.

## RESOLUÇÃO

Uma resolução do Conanda publicada em abril de 2014 considerava "abusiva a publicidade e comunicação mercadológica no interior de creches e das instituições escolares da educação infantil e fundamental, inclusive em seus uniformes e materiais didáticos"

Questionado a respeito, o MEC informou que não tem nenhuma diretriz para essa questão, pois não interfere em decisões de competência municipal. Já o Conanda, órgão colegiado vinculado ao Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, diz que a resolução de 2014 proíbe explicitamente essa prática, tornando a permissão concedida pela prefeitura de Caraguatatuba juridicamente questionável.

"Diante disso, cabe ao Ministério Público, Defensorias Públicas, Procons e demais órgãos de proteção aos direitos da criança e do adolescente fiscalizar e, se necessário, tomar medidas para coibir essa prática, podendo incluir recomendações, ações civis ou notificações à administração municipal", afirma.

em 2023, as mulheres recebiam medidas protetivas que proibiam qualquer tentativa de aproximação pelos agressores, mas sem nenhum controle efetivo das determinações impostas pela Justiça. Com o monitoramento por georreferenciamento e a parceria da SSP com o TJ, a polícia tem acesso em tempo real ao deslocamento dos suspeitos de violência contra a mulher que usam as tornozeleiras. Lei sobre tornozeleira aprovada em Brasília também prevê 'botão do pânico'; ferramenta já está em uso em SP

O texto aprovado no Congresso prevê que o juiz também pode oferecer um dispositivo, como um aplicativo de celular com "botão do pânico", que dê à vítima a possibilidade de avisar a polícia em caso de aproximação ilícita do agressor.

## Cardeal Tempesta



Orani João Tempesta, O.Cist. Arcebispo do Rio de Janeiro

### Tempo de Confissão

A Igreja recomenda que, ao menos uma vez ao ano, realizemos nossa confissão sacramental por ocasião da Páscoa da Ressurreição. É claro que, se sentirmos a necessidade, devemos nos confessar mais vezes ao longo do ano. O período da Quaresma tem por característica um apelo forte à conversão e à mudança de vida. É um tempo que nos convida a fazermos penitência. Acrescentemos também que estamos no tempo do jubileu, que supõe a confissão, entre outras práticas, para obter a indulgência plenária.

Por meio da oração, do jejum e da caridade – três práticas espirituais desse tempo quaresmal –, é possível sustentar a nossa penitência. Essas três práticas espirituais estão intimamente ligadas umas às outras. O que sustentará o nosso jejum é a oração, e a caridade é o gesto concreto do jejum que realizamos. A caridade poderemos também concretizar na coleta da solidariedade no Domingo de Ramos. Do mesmo modo, se vivermos bem essas três práticas espirituais, estaremos prontos para realizar nossa confissão sacramental.

A Igreja oferece meios, ao longo do tempo quaresmal, para que realizemos a nossa confissão sacramental. Trata-se da confissão individual auricular. Uma das formas é possibilitar aos fiéis a participação na celebração penitencial. Nessa celebração, são meditados textos de caráter penitencial, o sacerdote profere a homilia e faz reflexões para que todos os fiéis examinem suas consciências e, depois, se confessem. A celebração continua com as preces e a oração do Pai Nosso. Após a oração, o sacerdote se dirige ao confessorário e aguarda os fiéis para a confissão auricular, pois, em geral, não se pode dar a absolvição geral.

Meus irmãos, ao longo desse tempo quaresmal, as paróquias costumam realizar o "mutirão" de confissões, com o intuito de possibilitar que um número maior de fiéis busque o Sacramento da Confissão, pois, no mutirão, os padres das paróquias vizinhas ajudam no atendimento. Assim temos também a oportunidade de confessores extraordinários. Procure se informar em sua paróquia sobre quando acontecerá o mutirão de confissão e busque o sacramento para a Páscoa.

Ao contrário do que alguns pensam, o tempo da Quaresma não é um período triste ou de luto, mas um período de recolhimento e penitência. Não podemos confundir penitência e recolhimento com tristeza, mas, principalmente após a confissão, o nosso coração deve se encher de alegria. Ao longo do período quaresmal, somos convidados a ir ao deserto com Jesus e a vencer as tentações. Recordamos também os quarenta anos em que o povo de Deus peregrinou no deserto até chegar à Terra Prometida, tendo a Arca da Aliança à frente.

O sentido de irmos ao deserto é penitencial: um tempo para nos encontrarmos com Deus, e é isso que fazemos no tempo quaresmal. Quando realizamos a procissão ao longo desse tempo da Quaresma, recordamos o que o povo de Deus fez no deserto e nos colocamos a caminho, ao encontro do Senhor. A procissão tem um sentido penitencial; tenhamos isso em mente ao longo desse tempo quaresmal e nos preparemos a cada dia para a Páscoa do Senhor, pedindo o perdão de nossos pecados, buscando a confissão e rezando uns pelos outros.

Por isso, a confissão é um passo importante para celebrarmos a Páscoa, pois, na Vigília Pascal, no Sábado Santo, renovamos as promessas do Batismo e somos purificados completamente de todos os pecados. Somos convidados a iniciar a Quaresma de uma maneira e chegar à Páscoa de outra. Temos que "morrer" para o pecado e "ressurgir" para uma vida nova na Páscoa. Dessa forma, a Igreja recomenda que, ao menos uma vez por ano, por ocasião da Páscoa do Senhor, realizemos nossa confissão sacramental.

A confissão nos ajuda a celebrarmos com alegria a Páscoa do Senhor. É preciso, a cada ano, nos confessarmos para não acumular os pecados e cumprir aquilo que a Igreja nos orienta. Quando o sacerdote nos acolhe na confissão, é como se o próprio Cristo estivesse nos acolhendo, pois o padre, naquele momento do sacramento, é o representante de Cristo. Ele vai nos acolher com misericórdia e dar o seu perdão. Aproveitemos que ainda estamos no Ano Jubilar da Esperança e da Misericórdia e nos confessemos à misericórdia do Senhor.

Busquemos a confissão sacramental em vista da preparação para a Páscoa. Procuremos, ao longo desse tempo da Quaresma, os horários de confissão na paróquia e informemo-nos do dia e horários do mutirão de confissão. Sobretudo, se faz bastante tempo que não se confessam, eis o tempo oportuno para procurar a reconciliação com Deus. Eis o tempo de conversão, eis o dia da salvação. Dias 28 e 29 de março, teremos também a oportunidade das "24 horas para o Senhor", com o tema: "Tu és minha esperança", que conta com momentos de confissões e orações, nos ajudando a chegar ao domingo Laetare, da alegria, deste tempo da Quaresma.

## MULHERES/VIOLENÇA

## Aprovado pelo Congresso, uso de tornozeleiras já vigora em SP

O Congresso Nacional aprovou esta semana o projeto de lei que permite o monitoramento de agressores de mulheres por meio de tornozeleiras eletrônicas no Brasil. A matéria agora aguarda sanção presidencial. Em São Paulo, o tornozeleamento está em vigor desde 2023, por iniciativa do governo estadual, numa cooperação entre a Secretaria da Segurança Pública (SSP) e o Tribunal de Justiça (TJ-SP).

◆ A proteção da mulher é uma das bandeiras do movimento SP

Por Todas, que completa um ano neste mês ampliando a visibilidade da rede de proteção às mulheres e das ações voltadas à saúde e empreendedorismo delas no estado. As forças de segurança do estado monitoram atualmente todos os passos de 127 homens envolvidos em casos de violência contra a mulher na capital e Baixada Santista. A iniciativa de tornozeleamento vem permitindo à polícia coibir a violação de medidas protetivas – ou agir imediatamente no caso de violação. Isso porque

os tornozeleados por violência contra a mulher são monitorados 24 horas, ininterruptamente, no Centro de Operações da Polícia Militar (Copom).

Em caso de violação da medida restritiva, uma equipe da Polícia Militar é direcionada ao local imediatamente. Além disso, uma polícia entra em contato com a vítima. Desde 2023, 46 homens envolvidos em violência contra a mulher foram presos por desrespeitarem as regras do tornozeleamento. Antes do tornozeleamento







XX DE NOVEMBRO INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.				
CNPJ nº 03.538.833/0001-07				
<b>16 - Receitas Financeiras</b>				
Juros e variação monetária	2024	2023		
Depósito judicial	2	1		
Rendimentos em aplicações financeiras	31	35		
	277	525		
	310	561		
<b>17 - Imposto de Renda e Contribuição Social:</b> A composição da despesa de imposto de renda e contribuição social encontra-se resumida a seguir, conforme critério definido na nota explicativa nº 3 (i):				
Receita com locação de unidades imobiliárias	2024	2023		
Demais receitas	11.187	8.197		
(-) Excluídas	584	594		
Base de cálculo da CSLL (32% - 9%)	(305)	(68)		
CSLL devida	3.859	3.101		
Base de cálculo do IRPJ (32% - 8%)	347	279		
IRPJ devido	3.859	3.101		
Total IRPJ e CSLL	941	749		
	1.288	1.028		
<b>18 - Estrutura do Gerenciamento de Risco:</b> A Administração da Companhia tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. <b>Riscos de crédito</b> - Risco de crédito				
<b>Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Contábeis</b>				
<p>Aos Administradores e Acionistas da XX de Novembro Investimentos e Participações S.A. - Rio de Janeiro - RJ - Opinião - Examinamos as demonstrações contábeis da XX de Novembro Investimentos e Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da XX de Novembro Investimentos e Participações S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo <i>International Accounting Standards Board</i> (IASB). <b>Base para opinião</b> - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. <b>Principais assuntos de auditoria</b> - Principais assuntos de auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que o assunto descrito abaixo é o principal assunto de auditoria a ser comunicado em nosso relatório. <b>Ativo financeiro ao valor justo por meio do resultado - Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA</b> - Conforme descrito na nota explicativa nº 4, em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía aplicações financeiras em cotas de fundos de investimento no montante de R\$2.672 mil, que representam, aproximadamente, 11% do total Ativo da Companhia. Essas cotas de fundos de investimentos são precificadas pelo administrador do fundo de acordo com a política de remuneração estabelecida no regulamento do fundo e registradas ao seu valor justo por meio do resultado. Consideramos a contabilização dos ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado como o principal assunto de auditoria. <b>Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria</b> - Realizamos o recálculo dos rendimentos auferidos sobre o respectivo ativo financeiro, bem como a verificação da existência dessas cotas pelo recebimento da confirmação independente junto à instituição financeira administradora do fundo de investimento. Também realizamos a leitura das divulgações da Companhia sobre o assunto, incluídas nas notas nº3 (b) e nº4. Com base na abordagem e nos procedimentos de auditoria executados, consideramos adequadas as premissas aplicadas no reconhecimento, mensuração e adequada divulgação do valor justo sobre as contas de fundos de investimento, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. <b>Propriedades para investimento - Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA</b> - Conforme descrito na nota explicativa nº9, em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía propriedades para investimento no montante de R\$20.536 mil, representando, aproximadamente, 83% do seu ativo total, registradas ao custo histórico de aquisição, depreciadas pela taxa de sua vida útil econômica definida pela administração com base em estudos internos. Adicionalmente, visando identificar eventos que possam caracterizar perda do valor do ativo "<i>impairment</i>", a Companhia compara o valor do custo com o valor justo, em bases anuais, para checar</p>				
<p>é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. A exposição máxima ao risco de crédito é representada pelos valores dos ativos financeiros reconhecidos no balanço patrimonial. No que tange as instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instrumentos financeiros de primeira linha, consideradas de baixo risco. <b>Risco de liquidez</b> - Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. <b>Risco de juros e taxa de câmbio</b> - A Companhia gerencia esse risco ponderando a contratação de taxas possíveis e prefixadas. Essas contratações estão expostas ao risco de flutuações na taxa de juros em função da parte passiva das operações de dívidas referenciadas em CDI. O saldo de caixa e equivalentes de caixa, indexados ao CDI, neutraliza parcialmente o risco de taxa de juros. <b>Riscos Fiscais</b> - As declarações de IRPJ apresentadas durante os cinco últimos anos estão sujeitas à revisão pelas autoridades fiscais. Outros impostos estão igualmente sujeitos à revisão e eventual tributação, variando em cada caso o prazo de prescrição. <b>Análise da sensibilidade dos instrumentos financeiros</b> - O CPC</p>				
<p>se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidades pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. <b>Responsabilidades dos auditores independentes pela auditoria das demonstrações contábeis</b> - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.</p>				
<p>Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 2025.</p> <p><b>BKR - Lopes, Machado Auditores - CRC-RJ-2026/O-5</b>  <b>Independent Member of - BKR International</b>  <b>Mário Vieira Lopes</b>                  Contador - CRC-RJ - 060.611/O-0</p> <p><b>Marcio Alves Gonçalves Marçal</b>                  Contador - CRC-RJ - 106.994/O-8</p>				
<p><b>DIRETORIA</b>                  Norberto Aguiar Tomaz                  Contador: Marcelo Seixas Cavalcanti de Albuquerque - CRC-RJ 087065/O-8</p>				

PERDEU, MANÉ

# Moraes concede prisão domiciliar para 'golpista' que pichou estátua

RAYSSA MOTTA/AE

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), colocou em prisão domiciliar a cabeleireira Débora Rodrigues dos Santos, acusada de ter pichado com batom a frase "Perdeu, mané" na estátua da Justiça, que fica em frente ao prédio da Corte, durante os atos golpistas de 8 de Janeiro de 2023. A decisão atendeu a um pedido da Procuradoria-Geral da República (PGR).

"Na presente hipótese, estão presentes os requisitos legais necessários para a imposição das medidas cautelares", escreveu o ministro.

O procurador-geral Paulo Gonet defendeu o relaxamento da prisão preventiva pelo menos até que ela seja julgada. O julgamento da cabeleireira foi interrompido por um pedido da vista do ministro Luiz Fux e não tem prazo para ser retomado. O regimento interno do STF prevê que, em caso de vista, o processo precisa ser devolvido para julgamento em até 90 dias ou poderá ser liberado automaticamente para ser incluído novamente na pauta.

Em parecer enviado ao STF nesta sexta-feira, Gonet menciona que Débora é mãe de dois filhos menores de 12 anos e que a investigação sobre sua participação no 8 de Janeiro já foi

concluída.

"O encerramento da instrução processual e a suspensão do julgamento do feito, com imprevisão quanto à prolação de acórdão definitivo, aliados à situação excepcional prevista no art. 318, V, recomendam a substituição da prisão preventiva por prisão domiciliar, ao menos até a conclusão do julgamento do feito, em observância aos princípios da proteção à maternidade e à infância e do melhor interesse do menor", disse na manifestação.

Moraes votou para condenar Débora a 14 anos de prisão em regime inicial fechado. A dosimetria da pena foi o que levou o ministro Luiz Fux a interromper

o julgamento. Ele considerou a pena exagerada e vai propor uma sentença menos dura.

Débora está presa na Penitenciária Feminina de Rio Claro, em São Paulo, desde a oitava fase da Operação Lesa Pátria, deflagrada pela Polícia Federal em março de 2023. A operação investigou os radicais e os financiadores dos atos de vandalismo.

Em depoimento, a cabeleireira confirmou que vandalizou a escultura com batom vermelho. Ela afirmou que agiu no "calor do momento" após um homem ter pedido a ela que terminasse de escrever a frase no monumento. Também disse que não sabia do valor simbólico e financeiro da estátua.

CARTÕES DE VACINA

# Moraes arquiva investigação de fraude contra Bolsonaro

RAYSSA MOTTA/AE

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), arquivou nesta sexta-feira, o inquérito que apurou a participação do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) no esquema de falsificação de cartões de vacinação da Covid-19. A decisão atendeu a um pedido da Procuradoria-Geral da República (PGR).

Quando a PGR pede o arquivamento de uma investigação, é prazo que os ministros encerrem o

caso. Em sua decisão, Moraes afirma que, "tendo o Ministério Público requerido o arquivamento no prazo legal, não cabe ação privada subsidiária".

O arquivamento é apenas em relação ao ex-presidente e ao deputado Gutemberg Reis (MDB-RJ). O inquérito seguirá na primeira instância para apurar a participação dos investigados sem foro por prerrogativa de função.

O caso das fraudes nos cartões de vacina foi o primeiro indício de uma investigação de fraude contra Bolsonaro, que,

agora réu na ação penal sobre a tentativa de golpe de Estado em 2022, também responde pelo esquema de desvio e venda ilegal de joias da Presidência, conforme revelado pelo Estadão.

Ao indiciar o ex-presidente, em março de 2024, a Polícia Federal afirmou que partiu dele a ordem para a emissão dos certificados falsos de imunização. O delegado Fábio Álvarez Shor, que conduziu a investigação, listou no relatório final do inquérito sete elementos que, na avaliação dele,

CONGRESSO

# Projeto de lei propõe pena maior para receptação de celulares

O governo federal vai apresentar ao Congresso Nacional um projeto de lei que aumenta em até 50% as penas impostas ao crime de receptação de celulares, cabos e fios, além de outros itens roubados. O objetivo, segundo o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), que enviou o texto ao presidente da Luiz Inácio Lula da Silva, é coibir com mais rigor aquelas pessoas ou quadrilhas que se beneficiam de produtos oriundos do crime.

O projeto também cria um novo tipo penal, o furto qualificado, quando o crime é cometido por encomenda para fins comerciais, além de equiparar à receptação qualificada a prática de comercialização irregular de sinal de televisão por assinatura, conhecida como "gatonet" ou "TV box". Segundo o MJSP, se o projeto for aprovado, passará a ser crime grave furtar algo para vender depois, especialmente se for feito como parte de um negócio, seja legal ou ilegal.

"O objetivo é desmantelar quadrilhas que vivem desse tipo de crime. A venda de produtos roubados - incluindo serviços ilegais, como os chamados gatonet e os aparelhos TV box piratas - também será enquadrada como crime grave.

Ainda de acordo com a proposição, "também incorrerá nesse crime quem adquirir, receber, transportar, conduzir, ocultar, tiver em depósito, desmontar, montar, remontar, vender, expor à venda, ofertar, prestar, ou de qualquer forma utilizar, em proveito próprio ou alheio, bem relacionado ao aludido serviço".

NOVAS PENAS

No caso de receptação para atividade comercial ou industrial de aparelhos telefônicos, cabos e outros equipamentos referentes a serviços de telecomunicações, a pena mínima pode passar de 3 anos de reclusão para 4 anos, ou 4 anos e meio (aumento de 50%); e a máxima, de 8 para 10 anos e 6 meses (aumento de 30%), ou 12 anos (aumento de 50%).

A punição para quem compra, vende ou transporta produtos roubados será aumentada, principalmente se os itens forem: celulares ou dispositivos que armazenam dados pessoais; cabos e equipamentos de energia e telecomunicações; mercadorias em transporte ou envio postal; ou medicamentos, combustíveis, fertilizantes, minérios, cigarros, armas ou veículos.

A proposta também abrange a receptação entre familiares. Atualmente, quem compra um item roubado de um parente pode não ser punido. Com a mudança, essa brecha será fechada.

A comercialização de gatonet ou TV box será equiparada à receptação qualificada, para combater o desvio ilegal de sinais audiovisuais e a concorrência desleal. A jurisprudência atual não permite enquadrar essa conduta no crime de furto de energia elétrica, justificando a necessidade de tipificação específica.

A utilização de produtos não homologados, como os equipamentos de telecomunicação piratas, tem sido alvo de fiscalização da Anatel, que desde 2023 retirou mais de 1,6 milhão de itens irregulares do mercado.









<b>CBM PARTICIPAÇÕES S.A.</b>													
CNPJ nº 34.157.391/0001-74													
<b>22.7 Receita dos Serviços Prestados</b>	<b>Consolidado</b>				<b>(Prejuízo) após as participações</b>								
	31/12/2024	31/12/2023			(15.188)	(13.432)	(15.188)	(13.432)	a) Acionistas	31/12/24	31/12/23		
Receita com Prestação de Serviços	726	726	-	-	399	84	399	84	Contas a pagar	1.353	1.353		
<b>23 Imposto de renda e contribuição social:</b> Conciliação entre as alíquotas nominais e efetivas apuradas.	726	726	-	-	92	109	92	109	Juros sobre Capital Próprio a pagar	1.353	1.353		
	-	-	-	-	-	(668)	-	(668)	<b>b) Controladas</b>				
					<b>Base de cálculo</b>	(14.697)	(13.907)	(14.697)	(13.907)	<b>Neve Seguros S.A.</b>			
					(-) Compensação de Prejuízo Fiscal e Base Negativa	-	-	-	-				
					<b>Base de cálculo após Compensação</b>	(14.697)	(13.907)	(14.697)	(13.907)	Receitas	31/12/24	31/12/23	
					Imposto e Contribuição do ano corrente	-	-	-	-	Rateio de Custos	1.481	238	
					Imposto e Contribuição do ano anterior	-	(67)	-	-		1.481	238	
					<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	-	(67)	-	-				
					<b>Alíquota efetiva de Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	0%	0%	0%	0%	<b>Contas a Receber</b>	31/12/24	31/12/23	
					Diferenças temporárias	198	(146)	1.770	(88)	Inter Cias	235	-	
					Prejuízo Fiscal e Base Negativa	2.951	3.212	119	1.927		235	-	
					Prejuízo Fiscal e Base Negativa Exercício Anterior	-	-	-	-	<b>Contas a Pagar</b>	31/12/24	31/12/23	
					<b>Despesa de imposto de renda e contribuição social diferido</b>	3.149	3.065	1.899	1.839	Inter Cias	291	8	
					<b>Total da despesa de imposto de renda e contribuição social</b>	3.149	2.999	1.889	1.839		291	8	
					<b>24 Benefícios a empregados:</b> A Companhia oferece aos funcionários e diretores a possibilidade de aderir ao plano de aposentadoria complementar. O plano escolhido é o Plano Gerador de Benefícios Livre (PGBL) administrado pela Bradesco Vida e Previdência S.A. e classificado na categoria de contribuição definida. As despesas com esse benefício registradas no resultado do exercício montam R\$ 71 (R\$18 em 31/12/23) e estão registradas na rubrica "Despesas administrativas". <b>25 Partes relacionadas:</b> Os saldos das transações com partes relacionadas são os seguintes: <b>25.1 Controladora:</b> A Neve Seguros é controlada pela CBM Participações desde 30/10/19, data que através da portaria N°7.556, a SUSEP aprovou a mudança do controle acionário da antiga Markel Seguradora do Brasil S.A. Em 16/06/23, foi criada a empresa Green Data LTDA pertencente ao grupo da CBM Participações. A Green Data presta serviços, dentre outros, de assessoria e consultoria em análise de informações e dados para gestão, para o mercado nacional e, inclusive, a Seguradora. Abaixo os saldos das transações com partes relacionadas:								
					<b>Consolidado</b>					<b>Green Data</b>	31/12/24	31/12/23	
					Imposto de renda					Receitas	94	11	
					Contribuição Social					Rateio de Custos	94	11	
					2024	2023	2024	2023		<b>Contas a Receber</b>	31/12/24	31/12/23	
					0%	0%	0%	0%		Rateio de Custos	17	11	
										Empréstimos	1.024	0	
											1.041	11	
										<b>C2M Participações</b>	31/12/24	31/12/23	
										<b>Contas a Receber</b>	2	0	
										Inter Cias	2	0	
											2	0	
										<b>26 Remuneração do pessoal chave da Administração:</b> A remuneração paga a diretoria executiva da Companhia no exercício é de R\$ 2.571 (R\$ 648 em 31/12/23). Em relação a remuneração paga a diretoria do Grupo no exercício o saldo é de R\$8.837 (R\$ 4.625 em 31/12/23). <b>27 Eventos Subsequentes:</b> Após a data de encerramento do exercício, não houve eventos subsequentes relevantes que exigissem ajustes ou divulgações nas demonstrações financeiras.			

Diretoria: Carlos Alberto Caputo - Diretor Presidente; Jonathan Teixeira Clemente - Diretor Financeiro; Daniel Barreto Gelbecke - Diretor Jurídico e de Compliance; Karla Leite Fonseca - Diretora; Regina Celia Cunha Dell'Aera - Diretora; Contador: Vagner Gonçalves da Rocha - CRC nº 112111/O-7; Atuário: Daniel Iespa Garcia - MIBA nº 2631

## Mundo

### DINAMARCA

# Groenlândia: para Vance é melhor para o país estar sob a segurança dos EUA

THAIS PORSCH/AE

O vice-presidente dos Estados Unidos, J.D. Vance, disse nesta sexta-feira, em visita a uma base norte-americana na Groenlândia, que é melhor para o país estar sob a segurança dos EUA do que da Dinamarca. afirmou também que o território ártico é fundamental para a proteção norte-americana.

"Se mísseis forem disparados contra os EUA, serão os membros do serviço militar daqui que notificarão o fato", afirmou Vance na base de Pituffik, que apoia operações de vigilância e defesa antimísseis.

Segundo ele, Rússia e China têm demonstrado interesse cada vez maior na região e chi-

neses têm pressionado economicamente a Groenlândia.

O vice-presidente dos EUA declarou que não há planos imediatos de expandir força militar na Groenlândia e que o país que ser independente. "Acreditamos que os groenlandeses escolherão se tornar independentes da Dinamarca e, então, teremos conversas. Força nunca será necessária."

"Donald Trump leva a sério o Ártico e a segurança que ele proporciona", acrescentou o consultor de segurança nacional dos EUA, Mike Waltz, que também estava presente.

Sobe a guerra da Ucrânia, Vance afirmou que o acordo de cessar-fogo no Mar Negro está quase finalizado.

### PLANO ESTRATÉGICO

# Brasil e Vietnã firmam plano para implementar parceria

ANDREIA VERDÉLIO/A BRASIL

Brasil e Vietnã firmaram, nesta sexta-feira, um plano de ação para o período de 2025 a 2030 a fim de implementar Parceria Estratégica entre os dois países, que é um tipo de relacionamento diplomático superior.

O ato foi oficializado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o presidente do Vietnã, Luong Cuong, em Hanói, capital vietnamita, onde Lula está em visita de Estado.

Em 2024, Brasil e Vietnã celebraram 35 anos de relações diplomáticas. A relação bilateral foi elevada a Parceria Estratégica em 17 de novembro de 2024, em encontro de Lula e do primeiro-ministro do país, Pham Minh Chinh, à margem da Cúpula do G20, no Rio de Janeiro. Entre as nações do Sudeste Asiático, apenas a Indonésia é um parceiro estratégico do Brasil.

"Com o fluxo de comércio bilateral que já se aproxima de 8 bilhões de dólares, o Brasil exporta mais para o Vietnã do que vende para Portugal, Reino Unido e França. Por isso, meu governo tem interesse em reconhecer o Vietnã como economia de mercado. Essas e outras medidas vão nos permitir ampliar os fluxos de comércio e de investimento entre nossos países", disse Lula em declaração à imprensa ao lado de Luong Cuong.

O plano de ação reúne prioridades do relacionamento bilateral em assuntos como defesa, economia, comércio e investimentos; agricultura e segurança alimentar e nutricional; ciência, tecnologia e inovação; meio ambiente e sustentabilidade; transição energética e cooperação socioeconômica e assuntos consulares.

"Nenhuma colaboração é tão estratégica para o futuro de dois

países emergentes quanto a cooperação em educação e ciência e tecnologia. Em breve, nossas universidades poderão promover o intercâmbio de professores e estudantes e outras iniciativas conjuntas. Estamos estudando parcerias em áreas como semicondutores, Inteligência Artificial, tecnologias digitais, biotecnologia e energias renováveis", disse Lula.

Durante o encontro em Hanói, também foram firmados outros quatro atos bilaterais: dois acordos que tratam sobre o exercício de atividade remunerada por parte de dependentes de missões diplomáticas e sobre a da troca e proteção mútua de informações classificadas; e dois memorandos de entendimento, um sobre cooperação comercial e industrial e o segundo entre as confederações de futebol.

### COMÉRCIO

A Parceria Estratégica também pretende aprofundar o diálogo político, reforçar a cooperação econômica, intensificar o fluxo de comércio e os investimentos, fortalecer a coordenação em temas da agenda multilateral e impulsionar novas iniciativas de cooperação.

O Vietnã já é o quinto maior consumidor dos produtos agropecuários brasileiros. O Brasil fornece cerca de 70% da soja importada pelo Vietnã, além de ser o principal fornecedor de carne suína (cerca de 37%), o segundo maior de carne de frango e de algodão.

Em 2024, Brasil e Vietnã registraram um volume de comércio de US\$ 7,7 bilhões, com superávit brasileiro de US\$ 415 milhões. A meta é chegar a US\$ 15 bilhões em volume comercializado até 2030, em um contexto mais amplo de aproximação do Brasil com nações do Sudeste Asiático.

A ampliação do comércio entre as duas nações também prevê a abertura do país asiático à carne bovina brasileira. Para Lula, a medida atrairá investimentos de frigoríficos do Brasil para fazer do Vietnã "uma plataforma de exportação para o Sudeste Asiático".

Além das exportações ligadas ao setor de alimentos, o presidente acredita que o Brasil tem potencial para investir em produtos de valor agregado.

"Já contribuimos para a segurança alimentar do Vietnã e queremos ampliar a exportação de bens de maior valor agregado, incluindo aeronaves. Espero que a Vietnam Airlines possa avaliar positivamente a oferta da Embraer para os jatos da família E-Jets, ideais para a conectividade regional", disse.

Outro caminho apontado por Lula no fortalecimento das relações é a cultura do café, com a colaboração em pesquisas para tornar a produção mais resistente aos impactos da mudança do clima.

"Vietnã e Brasil são os dois maiores produtores mundiais de café e ambos tivemos safras recentes afetadas pela mudança do clima. Estamos determinados a ampliar nosso intercâmbio técnico para fortalecer a resiliência da cultura do café", disse. O Vietnã pode se beneficiar do Fundo Florestas Tropicais para Sempre, proposto pelo Brasil, e ser remunerado por seu esforço de preservação ambiental", acrescentou Lula.

O presidente convidou autoridades vietnamitas a participarem da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2025 (COP30), que será realizada em novembro, em Belém, no Pará. No segundo semestre, o Brasil assumirá a presidência do Mercosul

e Lula também manifestou o interesse em aproximar o Vietnã da zona comercial de países sul-americanos.

### CRISE GLOBAL

Durante a declaração à imprensa, o presidente brasileiro ainda reforçou o apelo para fim dos conflitos globais e pelo fortalecimento do multilateralismo. Para Lula, as nações da América Latina e do Sudeste Asiático devem evitar uma nova divisão do globo em zonas de influência.

"A governança global em matéria de comércio, saúde e meio ambiente está sob sérias ameaças", ressaltou.

O presidente afirmou ainda que, "de formas distintas, Vietnã e Brasil sofreram os efeitos da guerra fria e sabem que o melhor caminho é o do não-alinhamento, argumentando que ações unilaterais, hoje, põem em risco o multilateralismo. "A governança global em matéria de comércio, saúde e meio ambiente está sob sérias ameaças".

"Gaza é hoje o maior símbolo do abandono do humanismo que cultivamos. Nada justifica a matança indiscriminada de civis. Na Ucrânia, o Brasil sempre defendeu a via do diálogo. Acolhemos todos os esforços nessa direção", acrescentou.

### AGENDA

Nesta sexta-feira, em Hanói, Lula foi recepcionado em cerimônia oficial de boas-vindas, no Palácio Presidencial. Ao longo do dia, o presidente brasileiro e sua comitiva tiveram encontros com líderes do país, com o primeiro-ministro vietnamita, Pham Minh Chinh; com o presidente da Assembleia Nacional do Vietnã, Trần Thanh Mẫn; e com o secretário-geral do Comitê Central do Partido Comunista do país, Tô Lâm.

## Nota

### DEMOCRATAS TEMEM QUE ENTIDADE CRIPTOGRÁFICA DE TRUMP CRIE CONFLITO DE INTERESSES

A senadora Elizabeth Warren e outros quatro democratas alertaram os reguladores financeiros dos EUA que eles podem em breve enfrentar "um conflito de interesses extraordinário": supervisionar uma entidade de criptomoeda controlada pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, e sua família. Em uma carta enviada nesta sexta-feira à vice-presidente de Supervisão Bancária do Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano), Michelle Bowman, e ao controlador interino da moeda, Rodney Hood, os senadores pressionaram por respostas sobre como pretendem regular a World Liberty Financial, o projeto criptográfico da família Trump e a stablecoin que a empresa disse esta semana que planeja lançar. A legislação que avança no Congresso criaria uma estrutura regulatória para stablecoins, que funcionam como dólares digitais amplamente usados para armazenar dinheiro ou pagar por compras de outros ativos criptográficos. Ela incumbiria o Fed e o Gabinete do Controlador da Moeda de responsabilidades de supervisão e especificaria regras sobre reservas e proteções ao cliente.

### TERREMOTO

# Arranha-céu de 33 andares em construção desaba em Bangcoc

Um edifício de 33 andares em construção, com uma grua no topo, desabou em Bangcoc, perto do popular mercado Chatuchak, após um terremoto de magnitude 7,7 atingir Mianmar e Tailândia nesta sexta-feira. Pelo menos três pessoas morreram no desabamento do edifício e 90 estavam desaparecidas, segundo o ministro da Defesa, Phumtham Wechayachai.

A pasta não forneceu mais detalhes sobre os esforços de resgate e andamento, mas os

primeiros socorristas disseram que sete pessoas já haviam sido resgatadas na área.

Pelo menos dois trabalhadores da construção civil morreram por escombros ou detritos que caíram, disse o socorrista Songwut Wangpon a repórteres. O edifício estava sendo construído pela China Railway Construction Corporation para o auditor-geral do governo da Tailândia.

Em outros lugares, as pessoas em Bangcoc desocuparam pré-

dios e foram aconselhadas a ficar ao ar livre, caso houvesse mais tremores secundários. O Serviço Geológico dos EUA e o centro GFZ de geociências da Alemanha informaram que o terremoto foi superficial, a uma profundidade de 10 quilômetros, de acordo com relatórios preliminares. Terremotos mais superficiais tendem a causar mais danos.

A prefeitura de Bangcoc declarou a cidade como área de desastre para facilitar a resposta ao

terremoto. A grande área metropolitana de Bangcoc abriga mais de 17 milhões de pessoas, muitas das quais vivem em apartamentos de andares elevados.

O epicentro do terremoto foi perto de Mandalay, em Mianmar. Ele foi seguido por um forte tremor secundário de magnitude 6,4. O governo do país informou que havia uma grande demanda por sangue nas áreas mais afetadas.

O terremoto teria derrubado vários edifícios, incluindo o mosteiro Ma Soe Yane, um dos maiores da cidade, e danificado o antigo palácio real. Em Sagaing, ao sudoeste da cidade, uma ponte de 90 anos desabou e algumas partes da estrada que conecta Mandalay à maior cidade de Mianmar, Yangon, também foram danificadas.